

EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO, MAIS UMA VEZ: NOTAS PARA DISCUSSÃO



Vera Regina Albuquerque Canuto
Socióloga e Professora da UFPE

Este nosso ensaio visa, como sugere seu título, trazer mais uma contribuição para a discussão despertada pelos escritos althusserianos que, retomando a obra de Antônio Gramsci, pretenderam sistematizar suas “intuições que ficaram no estado de notas agudas, embora parciais” (Althusser, 1974, nota 7, p. 27). Não pretendemos, é bom frisar, um estudo teórico-comparativo exaustivo das contribuições desses estudiosos; apenas nos propomos refletir sobre as concepções acerca do relacionamento entre Estado, educação e sociedade tal como explicitadas no estudo elaborado por Althusser em torno da “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado” (1974), e as reflexões esparsas sobre essa questão em alguns dos trabalhos de Gramsci — mais exatamente, “Os intelectuais e a organização da cultura” (1968), “Concepção dialética da história” (1978), “Maquiavel, a política e o Estado Moderno” (1976), especialmente os dois primeiros.

Na medida em que ambos os autores fundaram suas contribuições numa percepção dialético-materialista da história, parece-nos pertinente iniciarmos nossas considerações por uma breve explanação dessa abordagem.

Segundo um de seus principais elaboradores, tal concepção “parte do princípio de que a produção e, junto com ela, o intercâmbio de seu produto, constitui a base de toda a ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social em classes ou estamentos, orienta-se pelo que se produz, assim como pelo modo como se troca o produto” (Engels, 1960, p. 325).

Tal concepção considera, ainda, que a produção de bens materiais necessários à sobrevivência não se realiza ao acaso, mas é regulada por determinadas condições existentes em um dado momento da história. Tais condições são, basicamente, os instrumentos ou meios de produção existentes, e os homens que os manejam para efetuar a produção. Em conjunto, esses elementos formam as forças produtivas da sociedade, para cujo estado de desenvolvimento os instrumentos de produção são elementos mais importante, desde que determinam o modo como os homens se associam para a produção dos bens materiais.

Em outras palavras, as relações sociais de produção são determinadas pelo estado de desenvolvimento das forças produtivas em um dado momento histórico. Mais: “suponhamos um certo grau de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, e teremos uma dada forma de constituição social, uma dada organização da família, dos estamentos ou das classes, numa palavra, uma dada sociedade civil” (Marx, em Engels, 1977, p. 14).

No caso concreto em que se verifique a apropriação diferenciada dos principais instrumentos de produção, como é o caso do modo de produção capitalista, esta apropriação engendra a formação de grupos sociais antagonicos — de um lado, os proprietários dos meios de produção, de outro aqueles que, não estando de posse dos mesmos, participam do processo produtivo mediante a venda de sua força de trabalho, condição indispensável à sua própria sobrevivência física.

Nesse quadro, as relações possíveis entre os agentes da produção são relações de exploração dos primeiros pelos segundos, em virtude de suas posições objetivas no sistema de produção descrito. Como perpetuar essa apropriação diferenciada dos meios de produção e, com ela, as relações de exploração que engendram, sem que se efetivem conflitos permanentes e abertos entre os agentes envolvidos no processo produtivo?

De forma direta, a reprodução da divisão social em classes é efetuada na própria esfera da produção: “com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz (. . .) a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador (. . .). A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia: produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado” (Marx, 1975, p. 672 e 673).

Enquanto o salário assegura as condições materiais mínimas para a reprodução física da força de trabalho, a ocultação da situação de exploração/dominação e, portanto, da divisão social, através de um discurso de classe convertido em discurso universal, é crucial para a perpetuação do modo de produção vigente, provendo a reprodução da subordinação ideológica da força de trabalho. É a classe que se apropria dos meios de produção que, no sistema capitalista, elabora as idéias dominantes. “Na medida em que dominam como classe, e determinam uma época histórica em toda a sua amplitude, é claro que esse domínio se exerce em todos os setores, donde dominarem também, entre outras coisas, como pensadores, como produtores de idéias, e regularem a produção e distribuição das idéias de sua época” (Marx, 1965, p. 45).

A exploração econômica de uma classe por outra é, simultaneamente, causa e efeito do domínio político e ideológico entre elas. Causa, se se considera que as idéias dominantes em um dado momento histórico são a expressão ideal das relações de dominação existentes; efeito, na medida em que tais idéias asseguram a perpetuação dessas mesmas relações, através de seu ocultamento.

Assim é que o processo de vida social, político e espiritual não ocorre ao acaso nas diversas formações sociais, mas é condicionado pela forma como os homens se relacionam no processo de produção. A infra-estrutura econômica — conjunto de relações presentes em uma dada sociedade e criada no processo de produção material — serve, então, de suporte para a elaboração das diversas concepções e instituições sociais que correspondem à superestrutura ideológica — o Estado, o Direito, as idéias políticas, a moral, a educação, etc. Por sua vez, a superestrutura atua sobre a base econômica, ao legitimar as condições materiais que lhe dão origem.

Em vários textos que tratam da análise crítica do modo de produção capitalista — como no próprio Marx — considera-se ainda que, apesar da ação determinante da infra sobre a superestrutura, esta última é dotada de uma relativa autonomia. Essa autonomia se expressa, por exemplo, na existência de costumes, hábitos de comportamento, crenças, etc., que, por não afetarem diretamente a produção e reprodução de um dado modo de produção, não apenas surgem quando muito indiretamente relacionados com as condições infra-estruturais mas, em razão de suas condições de cristalização mais profunda na consciência social, sobrevivem mesmo a modificações nas relações de produção. Ou, ainda, na existência de “campos” da superestrutura — como o das manifestações artísticas, por exemplo — cujas vinculações com a base da sociedade vão-se tornando cada vez menos visíveis. Isso acontece em razão de que as várias formas de manifestações no campo da arte são influenciáveis por correntes de idéias presentes em várias formações sociais, bem como pelo acervo preexistente em um dado momento de sua evolução: “quanto à arte, já se sabe que os períodos de florescimento determinados não estão, absolutamente, em relação com o desenvolvimento geral da sociedade nem, portanto, com a base material, o esqueleto, de certo modo, de sua organização” (Marx, 1965, p. 141).

Assim, “quanto mais se afasta da esfera econômica o domínio particular que estamos investigando, e quanto mais ele se aproxima da ideologia puramente abstrata, tanto mais o encontraremos cheio de acasos em seu desenvolvimento, tanto mais ziguezagueante será sua curva” (Engels, em Marx e Engels, 1977, p. 47).

Por outro lado, quanto maior o condicionamento da “esfera particular” em análise pela base material — em outros termos, quanto mais essa esfera serve à reprodução de um dado modo de produção —, mais necessária se faz sua modificação quando às transformações na base material iniciam a ocorrer. Essa modificação toma normalmente (no caso das revoluções burguesas, que não afetam a relação de produção fundamental — a relação de propriedade) a forma de uma reatualização ideológica: a essência do que é postulado pela ideologia ganha, então, uma nova roupagem (Engels, s. d; Politzer, 1973). Um exemplo desse processo é o tipo de evolução que sofreu a explicação ideológica da desigualdade social em dois estágios diferentes da evolução das forças produtivas: quando da transição para o modo de produção escravista, a desigualdade social era explicada como decorrente de uma suposta desigualdade natural entre os homens; a descoberta científica da igualdade como categoria natural exigiu um novo tipo de explicação que continuasse a encobrir as causas concretas da desigualdade: surge a ideologia dos mais aptos, difundida, não por acaso, quando da transição para o regime de trabalho assalariado (Chauí, 1981).

O aprofundamento do estudo das relações entre a infra e a superestrutura e a reavaliação de seus limites e formas de atuação nas formações sociais capitalistas é objeto de reflexões de vários estudiosos do marxismo, dois dos quais — Althusser e Gramsci — receberão aqui especial atenção, não só pela contribuição que pretenderam oferecer ao esclarecimento dessas questões, mas pela influência que vem tendo em análises mais recentes sobre as funções da educação no capitalismo.

De seus trabalhos, se deriva uma questão fundamental não apenas para o desenvolvimento da teoria marxista mas, essencialmente, para sua aplicação à análise concreta das atuais formações capitalistas, qual seja: se a exploração (econômica) se exerce ao lado da dominação (ideológica) da classe que detém os meios de produção, de que modo é explicada a transformação social?

A simplicidade de que pode se revestir a resposta a essa questão — afirmar-se, por exemplo, que a transformação social tem um caráter de necessidade, na medida em que a aplicação do método dialético apontaria para um processo de transformação sempre iniciado, dele derivando que à sociedade capitalista suceder-se-á necessariamente a socialista —, e o esquecimento de que, como afirmou Marx, “para o parto da sociedade socialista necessitar-se-á de um parteiro” (citado por Engels, 1946, p. 62), nos obriga a desdobrá-la em mais duas: é possível uma atuação revolucionária da classe social explorada dominada? Em caso afirmativo, sob que condições essa atuação é possível? Veremos que respostas são inferíveis dos trabalhos de Althusser e Gramsci já referidos.

1. A CONTRIBUIÇÃO ALTHUSSERIANA

Analisando a questão da reprodução das condições da produção nas formações sociais capitalistas, Althusser centraliza seu estudo, basicamente, na reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção, processo para o qual, acredita, a ideologia desempenha papel importantíssimo, apesar de afirmar a materialidade dos processos de produção e circulação para a reprodução das relações de produção.

Partindo da concepção marxista de Estado como “uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (...) assegurar sua dominação sobre a classe trabalhadora para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (ou seja, à exploração capitalista)” (Althusser, 1974, p. 20), esse autor enriquece tal concepção ao colocar a problemática (gramsciana) de que, numa sociedade de classes, o Estado não se reduz à função repressora, mas estende seu alcance também às esferas sociais onde a função ideológica é predominante, a saber, os vários aparelhos ideológicos de Estado (A.I.E.) ou, dito de outra maneira, as diversas instituições da sociedade civil — a Igreja, a Família, os Sindicatos, as Escolas, etc. —, sejam elas públicas ou privadas: “O Estado, que é o Estado da classe dominante, não é público nem privado; ao contrário, é a condição de toda distinção entre público e privado. Digamos o mesmo partindo agora de nossos A.I.E. Pouco importa se as instituições que os materializam são ‘públicas’ ou ‘privadas’; o que importa é seu funcionamento. E as instituições privadas podem ‘funcionar’ perfeitamente como (A.I.E.)” (Althusser, 1974, p. 29-30).

É mister então diferenciar, na esfera do Estado, os órgãos que agem predominantemente através da repressão e só secundariamente através da ideologia — aparelhos (repressivos) de Estado —, e aquelas instituições que, utilizando-se predominantemente da ideologia, asseguram a “ordem” social através exatamente da ocultação da contradição existente entre as classes na sociedade; sua atuação se torna essencial dado a que, “pelo que sabemos, nenhuma classe pode ter

em suas mãos o poder de Estado de forma duradoura sem exercer, ao mesmo tempo, sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado" (Althusser, 1974, p. 32). Tais considerações conduzem este estudioso a inferir que a ideologia elaborada em uma sociedade de classes é, necessariamente, uma ideologia de classe.

Ao discorrer sobre os aparelhos que atuam essencialmente através da difusão ideológica, Althusser afirmará que, apesar da multiplicidade de aparelhos ideológicos existentes num dado momento histórico e de acordo com o modo de produção vigente, pode-se detectar a posição de um deles como dominante. Assim, enquanto na Idade Média a Igreja, junto com a instituição da família, ocupava essa posição, nas modernas formações sociais capitalistas a escola principalmente, e a família secundariamente, converteram-se em AIE dominantes.

Nessas formações sociais, a importância do AIE escolar dever-se-ia, segundo o autor, a que nelas as condições básicas da reprodução da força de trabalho são, de um lado, o salário — meio material para que se reproduza — e, de outro, a qualificação suficiente para assegurar-lhe esse salário, mediante sua alocação nos diversos postos da divisão sócio-técnica do trabalho, qualificação que tende cada vez mais a ser obtida através da instituição educacional.

Na medida em que transmite conhecimentos adaptados às exigências técnicas da divisão do trabalho, o aparelho escolar opera, desde já, de forma a induzir os indivíduos a aceitarem sem questionamento a própria divisão do trabalho existente. Veiculando simultaneamente valores e representações dominantes, o AIE escolar provê a reprodução da submissão da força de trabalho "às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante, por parte dos trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manejar bem a ideologia dominante, por parte dos agentes da exploração e da repressão, a fim de que se assegure, também "pela palavra", o predomínio da classe dominante" (Althusser, 1974, p. 14).

Dessa forma, a teoria althusseriana enfatiza a contribuição do AIE escolar para a reprodução da força de trabalho, e, com ela, o reforço da estrutura de classes conforme a qual é processada a divisão sócio-técnica do trabalho. A contribuição de seu trabalho "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado", aqui apenas esboçado, é de grande importância para a discussão de temas que, apesar de significativos, foram pouco aprofundados pelos marxistas: a retomada da distinção apenas formal entre instituições públicas e privadas, a ênfase na necessidade do exercício da hegemonia no interior dessas instituições como condição para a posse e exercício duradouros do poder político, e a pormenorização dos mecanismos internos de processamento da "interpelação dos indivíduos em sujeitos", são alguns desses temas. (Cf. a respeito Pires, 1978).

No entanto, ainda que se tenha em mente essas contribuições ou a própria advertência do autor de que no referido trabalho "as idéias expostas só devem ser consideradas como introdução a uma discussão" (em nota de rodapé, à página 07), a tônica reprodutora por ele conferida aos AIE e a eleição do aparelho escolar como de atuação fundamental na sociedade capitalista moderna nos parecem demasiado apressadas, como tentaremos demonstrar.

Cabe apontar, inicialmente, a pouca ênfase atribuída à reprodução das relações sociais de produção na própria esfera da produção de bens materiais,

a ponto de restringir essa questão a uma breve nota de rodapé (nota 11, p. 33), em um trabalho que, segundo o autor, intenta ultrapassar as abordagens descritivas da questão da reprodução das relações de produção.

Tal restrição o leva a ressaltar o papel dos AIE como locus da ideologia e, entre eles, o AIE escolar como dominante, ao colaborar na reprodução da força de trabalho.

Ora, estudos inspirados na concepção marxista tem evidenciado que a reprodução das relações capitalistas de produção é engendrada no seio mesmo da produção. Ao separar a força de trabalho e os meios de trabalho, o processo capitalista de produção coloca a necessidade de hierarquizar o trabalhador, como forma não apenas de atender a exigências da própria complexidade e diversificação das atividades, mas também de viabilizar, através da hierarquização, um controle maior do capital sobre o trabalho. O aumento do volume da produção passa a ser visto como resultado da divisão eficiente do trabalho, divisão essa que se considera necessária do ponto de vista técnico, encobrendo-se seu aspecto político, caracterizado por uma particularização da qual resulta que "os saberes relativos aos meios e processos de produção sejam, por sua vez, conhecimentos alienados e coisificados, saberes parciais adaptados ao trabalho parcial que os trabalhadores realizam enquanto membros do trabalhador coletivo produtivo" (Gorz, 1974, p. 180-181).

No processo de trabalho, como são definidas as práticas de trabalho? Segundo as diferentes funções-posições, elas são definidas "através de procedimentos codificados em *normas internas*, que caracterizam as ações próprias e disciplinadas específicas a cada função articulada, objetivando toda uma mecânica de poder que se exerce de maneira constante e permanente" (Paoli, 1980, p. 32, grifo nosso).

No conjunto dessas práticas, a disciplina de cada trabalhador individual que compõe o trabalhador coletivo é requisito básico para a articulação do conjunto, assim como determinadas "qualificações" que pouco tem a ver com o desempenho técnico das funções-posições: confiança e responsabilidade, por exemplo, são freqüentemente os atributos exigidos para a admissão e permanência em uma dada função-posição, bem como para eventuais promoções.

Do que foi exposto, depreende-se que a existência de condições de reprodução da força de trabalho tanto a nível técnico quanto a nível ideológico no próprio seio da produção exigiria um estudo mais acurado por parte de Althusser, principalmente no caso de formações sociais dependentes, onde o sistema educacional parece operar muito mais eficientemente ao excluir grande parte da população economicamente ativa.

O não aprofundamento dessas questões leva o autor em foco a vincular a atividade ideológica a instituições especialmente organizadas para esse fim, conduzindo não ao que intenta — um aprofundamento do estudo da relação de correspondência entre as formas ideológicas e a infra-estrutura — mas, ao contrário, a quase distinguir umas e outras em campos de investigação distintos, sugerindo, desse modo, uma dicotomia entre o econômico e o não econômico. É possível supor — somente supor, desde que estamos analisando apenas uma de suas obras — que Althusser foi levado paradoxalmente a esse "beco sem saída" pela inten-

ção de deixar clara a autonomia relativa dos AIE em face da base material que lhes corresponde.

Quanto à importância do AIE escolar na reprodução das relações de produção via qualificação, os vínculos entre o aparelho escolar e a esfera produtiva vêm, inclusive, colocando novos problemas para a sustentação da teoria althusseriana (Cf. a respeito Gorz, 1972; Lettieri, 1974; Salm 1980; Paoli, 1980).

Com base em análises sobre a eficiência da qualificação veiculada pela escola como elemento de reprodução da força de trabalho, Lettieri conclui, por exemplo, que a organização tecnológica "tiende cada vez más a subutilizar las capacidades generales que no obstante exige en principio al trabajador, hasta reducir las y esterilizarlas en un proceso involutivo de las capacidades personales y colectivas" (1974, p. 137).

André Gorz (1972), por sua vez, chama a atenção para a ocorrência de um processo de esvaziamento de qualificações nos postos ocupacionais da empresa moderna como parte do processo de redução do trabalho complexo a trabalho simples, sugerindo um enfraquecimento dos vínculos que, até recentemente, ligavam a empresa à instituição educacional nos países desenvolvidos, e sua redefinição. Em poucas palavras, configurar-se-ia uma tendência à simplificação das operações produtivas que tornariam mais funcional ao capital o treinamento do operário no próprio local da produção, diante do barateamento dos custos que tal prática acarretaria.

Tais observações apontam para a necessidade de se recolocar a questão dos vínculos entre educação e produção, chegando mesmo a encorajar postulações de que a escola tem-se distanciado cada vez mais da produção. É o caso, por exemplo, de Vasconi, segundo o qual "el alargamiento de los estudios más allá de lo necesario (leva a que) perdiendo progresivamente su 'funcionalidad', la Escuela burguesa anuncia ya la necesidad de su extinción" (Vasconi, s. d. p. 329-330).

Na literatura brasileira, fortemente influenciado pelo novo aporte, Salm afirmará irreverentemente: "suponhamos, com o devido horror, que a educação se adequasse aos requerimentos de mão-de-obra - (. . .) teríamos uma espécie de MOBIL para a maioria das crianças, algo como o SENAI ou o SENAC para alguns, e poucas mas boas escolas secundárias e superiores para os reduzidos quadros gerenciais e científicos. Caberia à FEBEM encarregar-se dos excedentes" (Salm, 1980, p. 41).

É bem verdade que tais afirmativas carecem, como qualquer novo enfoque, de estudos e pesquisas mais amplos que apoiem uma generalização como a que é defendida por Vasconi, por exemplo. Como também é verdade que não se pode — pelo menos na perspectiva marxista que serve de respaldo aos autores citados — concluir que a educação burguesa não serve ao capitalismo, a partir da mera constatação de um distanciamento entre o aparelho produtivo e o aparelho escolar. Mas é igualmente verdadeiro que novos fenômenos vêm abalando parte do poder explicativo da teoria althusseriana, e exigindo a reformulação teórica sobre os vínculos entre a estrutura produtiva e a atuação do aparelho escolar.

Na sociedade brasileira, por exemplo, a composição da população economicamente ativa (PEA) em termos de escolaridade é sugestiva. Apesar da expansão do sistema educacional, segundo dados recentes apenas 56,7% da PEA é alfabetizada (sabe ler e escrever), e meros 4,8% têm curso superior completo, ¹ o que não torna o operário brasileiro menos submisso à espoliação.

É viável supor, então, que o adestramento visando aquisição de hábitos compatíveis com as representações dominantes pode, e de fato é o que acontece, se realizar no próprio local da produção, mediante a conformação às normas internas ao local de trabalho e, muitas vezes, independentemente da ação da escola sobre os indivíduos.

Os dados sobre a PEA brasileira podem indicar mesmo que, como já insinuado, o sistema educacional brasileiro operaria na reprodução da força de trabalho menos por sua ação inculcadora que por sua ação excludente. No mínimo eles indicam que, se o aparelho escolar francês “dispõe tantos anos da audiência obrigatória (e, se isso fosse pouco, gratuita), cinco a seis dias em sete, à razão de oito horas diárias, de formação social capitalista” (Althusser, 1974, p. 45) o mesmo pode não acontecer em outras formações sociais, apesar de capitalistas; cai por terra o poder generalizador que Althusser intenciona com sua teoria.

A essa altura da argumentação, é conveniente esclarecer que não é intenção nossa negar que o aparelho escolar tenha qualquer serventia, do ponto de vista de sua função qualificadora. O que se quer evidenciar é que essa serventia não pode ser apreendida tão-somente a partir da constatação do aumento das exigências educacionais requeridas pelo desenvolvimento tecnológico.

Supondo verdadeiro que a divisão social do trabalho e o nível de parcelarização de tarefas a que conduz o desenvolvimento capitalista correspondem não só a uma exigência técnica do processo de trabalho, mas também (em diferentes medidas segundo o nível de desenvolvimento alcançado) à exigência política do controle desse processo pelo capital, a função qualificadora do aparelho escolar é exercida de forma bastante significativa, principalmente em seus níveis superiores, na medida em que justifica a hierarquização do trabalhador coletivo como uma função da parcela de saber incorporado na passagem pelo aparelho escolar.

O saber implícito à qualificação pode servir, então, como fundamento de privilégios ocupacionais (e, por conseguinte, de renda) e da própria autoridade vinculada ao posto ocupacional.

Na medida em que “o ensino procura incutir numa pequena minoria o sentimento de que representa uma elite” (Gorz, 1974, p. 198) e que no processo produtivo, “o adjetivo científico (conferido ao trabalhador) não designa uma qualificação, um ofício ou um saber *como os outros*, mas sim um estatuto, uma posição social” (Gorz, 1974, p. 217) o sucesso ou o fracasso obtido no processo aparentemente objetivo da seleção escolar legitima, então, as diversas posições hierárquicas internas ao processo de trabalho.

Na medida em que a categoria “trabalho qualificado” se aplica apenas aos portadores de um conhecimento fornecido pelo aparelho escolar e sancionado por um diploma — qualquer diploma —, a qualificação conferida pelo aparelho educacional serve, no mínimo, à hierarquização; como tal, serve à reprodução das relações de produção em que assenta o capitalismo.

Se, por outro lado, nos detivermos no âmbito exclusivo do aparelho escolar, que numa sociedade de classes — como não poderia deixar de ser — se configura como instituição a serviço da dominação de classe, a teoria althusseriana apresenta também alguns problemas. Apesar de admitir que os AIE possam se tornar objeto e lugar da luta de classes, já que “a classe (ou aliança de classe) no poder não pode impor sua lei nos AIE tão facilmente como no aparelho (repressivo) de Estado” (...) (Althusser, 1974 p. 33), Althusser não aprofunda a análise das contradições que, originadas na própria estrutura de classes, perpassam o aparelho escolar e fazem problemática sua função de reprodução, mormente em momentos conjunturais onde se verifique condições para a afluência de contra-ideologias, quando o aparelho escolar pode ser utilizado também como instrumento intelectual na luta contra a dominação de classe.

A luta pela autonomia simbólica da instituição educacional capitalista, bem como as tentativas de controlá-la indiretamente através de restrições administrativas e financeiras, por exemplo, é sintoma da presença (e de seu reconhecimento pelos grupos dominantes) de uma capacidade latente do aparelho escolar de, através de seus membros, autodefinir-se em consonância com ideais que não os de reprodução.

Da não inclusão de questões como essa em seu modelo teórico resulta que, se a teoria althusseriana dos AIE responde, até certo ponto, à questão sobre através de que meios a apropriação diferenciada dos meios de produção é realizada com o consentimento dos grupos dominados deixa, por outro lado, de explicar a realidade concreta dos enfrentamentos entre classes no seio dos AIE.

2. A CONTRIBUIÇÃO GRAMSCIANA

É em Gramsci que a análise dialética da ideologia — definida como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva” (Gramsci, 1978, p. 16) — alcança seu maior desenvolvimento.

Ao conceber a sociedade como produto de uma interação de relações de força “estritamente ligada à estrutura objetiva, independente da vontade dos homens (já que os agrupamentos sociais se estruturam) à base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção” (Gramsci 1976, p. 49), Gramsci adverte para o risco do voluntarismo. E, ao referir-se ao fato de que as leis do desenvolvimento histórico são uma tendência geral e, portanto, não “tão intangíveis quanto se possa pensar” (citado por Macciocchi, 1976, p. 53), adverte para o perigo do economicismo, lembrando que o pensamento marxista “coloca sempre como fator determinante da história não os fatos brutos da economia, mas o homem, a sociedade dos homens . . . daqueles que afirmam uma vontade social, coletiva, compreendem os fatos econômicos, julgam-nos e dobram-nos conforme a sua vontade, até fazer desta última a força motriz da economia, moldando a realidade objetiva, viva, móvel e que adquire a consistência de uma lava em fusão, suscetível de ser canalizada no sentido que a vontade desejar, e da maneira como ela o desejar” (citado por Macciocchi, 1976, p. 53).

Preocupa-o, em suma, a ênfase na necessidade de articulação entre ambas as instâncias que formam a totalidade social, na explicação da dinâmica de diferentes instituições, dado a que “a infra-estrutura e a superestrutura foram um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo — contraditório e discordante — das superestruturas é a reflexão do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 1978, p. 52).

Sempre pensando o nível da superestrutura dentro do relacionamento de correspondência e autonomia com a infra-estrutura, Gramsci dedica grande parte de seu esforço analítico à compreensão daquele relacionamento, enriquecendo a teoria marxista do Estado; em Maquiavel (1976), efetuará uma distinção (metodológica) entre os dois momentos que, juntos, caracterizam a dialética do Estado: o momento da coação — a sociedade política, representada pelos órgãos de repressão e coerção estatais (governo, aparelhos policial e judiciário, etc) — e o momento do consenso — a sociedade civil — representada pelo conjunto de ideologia e instituições sociais próprias a uma dada sociedade, servindo diretamente, por suas funções, à hegemonia, ou seja, às funções de direção e domínio exercidos pelo bloco que, em dado momento histórico, lidera a articulação das diferentes classes e categorias sociais existentes.²

Para Gramsci, na medida em que “a supremacia de um grupo social se manifesta (. . .) como ‘dominação’ e como ‘direção intelectual e moral’ (e que) um grupo social exerce a sua dominação sobre os grupos adversos aos quais tende a liquidar e a submeter, mesmo pela força das armas; e (. . .) dirige os grupos que lhe são próximos ou aliados”, (citado em Paoli, 1980, p. 35) o Estado tem nos seus dois momentos as armas de que necessita para encobrir e preservar a supremacia de um dado bloco histórico.

Na sociedade civil, a hegemonia é assegurada predominantemente por meio de difusão das representações e valores da classe ou fração de classe que lidera o bloco histórico e que, transmutando-se em representações e valores de toda a sociedade, dificultam a identificação daquela classe ou fração de classe, facilitando, com isso, sua reprodução (e, portanto, a reprodução do próprio bloco histórico).

Os chamados “aparelhos de hegemonia” (a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) encarregam-se, dessa forma, de transformar valores específicos de classe em normas sociais: é por sua mediação que o Estado “penetra no interior da formulação dos interesses de cada grupo, tentando desarticular uma visão de mundo autônoma e orgânica a cada um dos grupos e classes sociais potencialmente adversários e procura rearticulá-la sob a égide de uma visão de mundo proposta como universal”.³

Nesse processo, é crucial a intermediação operada pelo intelectual. Agente dos aparelhos de hegemonia, o intelectual se constitui em uma camada social que se distingue por exercer “funções de organização no sentido amplo: seja no domínio da produção, da cultura ou da organização pública”. Assegura ao grupo social ao qual se acha organicamente vinculado, através desse exercício, “homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (Gramsci, 1968, p. 3).

Por suas funções, o intelectual se integra à idéia de expansão da classe à qual se encontra organicamente vinculado. Daí por que, embora na sociedade

capitalista sua emergência se vincule ao grau de complexidade das forças produtivas, sua expansão constante e crescente se justificaria predominantemente em função das “necessidades políticas do grupo fundamental dominante” (Gramsci, 1968, p. 12).

Como representantes desse grupo, os intelectuais implementam, através dos aparelhos de hegemonia, seu projeto de expansão. Esses, os agentes e os mecanismos através dos quais o grupo fundamental dominante procura impor aos demais grupos sua concepção de mundo. Esta, no entanto, ao ser difundida, não é assimilada em sua forma “pura” pelos grupos não dominantes, mas a partir das próprias concepções de mundo desses grupos, tomando a forma de uma concepção especial a que Gramsci denomina “senso comum” (Gramsci, 1978, p. 11-25).

Por suas características e por sua gênese, o senso comum visa conferir aos grupos dominados modelos de atitude e conduta, fixando respostas e evitando questionamentos, possibilitando ao grupo fundamental dominante estender sua direção intelectual e moral a grupos que se lhe opõem estruturalmente, através da persuasão. Direção essa fundamental para que o domínio-posse e exercício de poder político, se perpetuem.

Este é, no entanto, um projeto problemático, dado a que, embora caracterizado pela ausência de organicidade e pela a-criticidade, o senso comum guarda, em seu núcleo, a visão de mundo imediatamente determinada pelas experiências concretas da classe dominada. Em decorrência, os significados a serem interiorizados são decodificados segundo a experiência objetiva de classe, além de se configurar uma síntese na qual concepções de mundo desatualizadas, cristalizadas em valores, crenças, etc., estão presentes em maior ou menor grau “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular”, como afirma Gramsci, (1978, p. 18).

Além disso, a necessidade de formar um consenso e, através dele, camuflar a coerção e perpetuar o poder, leva o grupo ou fração dominante a conceder uma certa liberdade à classe oprimida, a realizar alianças com outras frações de classes ou, ainda, a contrair compromissos com outros grupos que se colocam sob sua hegemonia — a articulação a que faz referência o conceito de bloco histórico — permitindo, sob essas formas, tanto uma circulação de contra-ideologias como a prática de certas concessões que não comprometam de modo essencial a realização de objetivos considerados básicos para o grupo fundamental dominante.

É nesse espaço — simultaneamente concedido e criado — que se expressam as contradições que, originadas na própria estrutura de classe, possibilitam a emergência do “senso crítico”. Em situações históricas de crise de hegemonia, crise esta engendrada a partir de transformações no desenvolvimento das forças produtivas, aguçam-se as contradições sociais que configuram a necessidade de uma “nova relação de forças sociais” onde emerge um novo tipo de direção intelectual e moral.

Liderada pelos intelectuais orgânicos do proletariado — intelectuais que se vinculam organicamente a este grupo em função da pertinência de classe ou por “assimilação” ou “conquista ideológica”, o novo tipo de direção envolve

“o início da elaboração crítica, (o que significa levar aos grupos fundamentais não dominantes) a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido que deixou uma infinidade de traços recebidos sem benefícios no inventário” (Gramsci, 1978, p. 12).

Através desse processo, o intelectual orgânico do proletariado inicia um outro: o de implementação de uma preparação estratégica para a ação de classe dos grupos fundamentais não dominantes, na medida em que sua interferência implica estruturar ideologicamente e organizar politicamente a ação desses grupos. Embora segundo Gramsci, a transformação social somente se concretize se “o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção (que) proporciona a base para a emergência das várias classes sociais” alcançar o nível em que essa transformação seja historicamente possível (condições objetivas maduras),⁴ a direção imprimida pelo intelectual orgânico do proletariado — ainda quando não alcançada a função de domínio — põe em risco o esquema de dominação existente em um dado momento. É nesse sentido que Gramsci fala da possibilidade de uma classe “vir a ser” Estado.

A concepção gramsciana acima explanada dá margem, então, a que se pense de modo articulado a contraposição entre a infra e a superestrutura, oferecendo material teórico importante para a compreensão das crises permanentes entre as classes e frações internas a cada classe.

Originadas das contradições entre as classes fundamentais, tais crises se efetivam, em formas e graus diversos, como crises de hegemonia. Como tal, implicam o enfraquecimento da capacidade do grupo fundamental dominante de manter normas vigentes de exclusão política e, portanto, afetam a estrutura institucional que viabiliza sua posição hegemônica, abrindo espaço para a renovação dos aparelhos de hegemonia, renovação que atinge, de volta, a sociedade como um todo.

Levando em conta que esse processo é intermediado pelos intelectuais e que é do interior do aparelho escolar que provém cada vez mais aqueles que exercem funções de organização na sociedade, a problemática da conservação ou da transformação social — embora ultrapasse o aparelho escolar — aponta para a importância de sua atuação em situações de crise de hegemonia no Estado. Mormente quando lhe é conjunturalmente permitido utilizar com flexibilidade a margem de autonomia de que desfruta, o aparelho escolar pode se prestar à elaboração de um pensar crítico que possibilita, por suas vinculações a um projeto de classe, atuar a serviço de uma transformação social em curso.

Numa análise do funcionamento do aparelho escolar há que se pressupor, então, a dupla possibilidade de sua atuação histórica como instrumento a serviço da conservação ou/e de transformação social. Isso porque a orientação prevalente em seu interior num dado momento histórico — prevalência que depende, fundamentalmente, da correlação de forças sociais que atuam no cenário político nesse momento dado — não exclui a coexistência de orientações divergentes e mesmo conflitantes.

3. CONCLUSÃO

Ao contrário do que parece indicar a teoria althusseriana dos AIE, a contribuição gramsciana aqui explanada oferece margem a que se pense a atuação do aparelho escolar numa direção diferente daquela voltada para a reprodução das relações de produção.

A importância dessa abordagem do fenômeno educacional ganha relevo não apenas pelo que vem já representando para a reflexão teórica acerca dos usos do saber pelo capital, mas para que se revalorize, nesse mesmo ato, a prática pedagógica como fonte potencial de questionamentos voltados para sua transformação.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Lewim, H; Pitanguy, J. e Romani, C. (1977) p. 136. Nas atividades urbanas, a mesma pesquisa indica que 24% da PEA não possui qualquer qualificação. Na medida em que na área rural ainda há uma forte presença de relações sociais não capitalistas, é de se supor que esse percentual cresça significativamente.
- 2 Por Estado "deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho 'privado' de hegemonia, ou sociedade civil". "Deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (nesta sentido, poder-se-ia dizer que Estado = Sociedade Política mais Sociedade Civil, isto é, hegemonia revestida de coerção" (Gramsci, 1976, p. 147 e 149, respectivamente) . Cf., para o conceito de hegemonia em Gramsci, Macciocchi, 1976, p. 148-150).
- 3 Paoli, 1980, p. 35-36. É nesse sentido que, para Gramsci, "qualquer Estado tem um conteúdo ético, na medida em que uma de suas funções consiste em elevar a grande massa da população a um certo nível cultural e moral nível (ou tipo) que corresponde à necessidade de desenvolver as forças produtivas e, portanto, aos interesses da classe dominante" (Gramsci, 1976, p. 158).
- 4 Em seleção de suas "notas de cárcere" realizada por Hoare e Nowell – Smith e citada por Dreyfuss, 1981, p. 146. Continua a citação: "O estudo dessas informações fundamentais nos possibilita descobrir se, em determinada sociedade, existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação – em outras palavras, nos possibilitam verificar o grau de realismo e praticabilidade das várias ideologias. . ."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia y aparatos ideológicos de Estado*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CHAU, Marilena. *O que é ideologia?* 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DREYFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ENGELS, F. *Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana*. Buenos Aires, (s. ed.), 1946.
- . *Anti-Duhring. La subversión de la ciencia por el Señor Eugen Duhring*. 2 ed., Montevideú, (s. ed.), 1960.
- GORZ, André. “Técnicos, especialistas y lucha de clases”. In: PANZIERI DE PALMA et alii - *La división capitalista del trabajo*. 2 ed., Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- . “Divisão do Trabalho, hierarquia e luta de classes”. In: MARGIIN, Stephen, et alii - *Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista*. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização, 1968.
- . *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização, 1976.
- . *Concepção dialética da história*. 2 ed., Rio de Janeiro, Civilização, 1978.
- LETTIERI, Antônio. “Notas sobre las calificaciones, la escuela y los horarios de trabajo”. In: PANZIERI DE PALMA, et alii - *La división capitalista del trabajo*. 2 ed., Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- LEWIN, Helena, PITANGUI, J., ROMANI, C. *Mão de obra no Brasil: um inventário crítico*. Petrópolis, Vozes/PUC-RJ/OIT, 1977.
- MACCIOCCHI, Ma. Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã e outros escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965,
- . *O capital*. Livro 1. Rio de Janeiro, Civilização, 1975, v. 2
- MARX, K. & ENGELS, F. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1977.
- PAOLI, Niuenius. *Ideologia e hegemonia*. As condições da produção da educação. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1980.
- PIRES, Edinardo. “Ideologia e Estado em Althusser: uma resposta”. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, (6), dez, 1978.
- POLITZER, Georges. *Principios Elementales de filosofía*. Buenos Aires, Ed. Inca, 1973.
- SALM, Cláudio L. *Escola e trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- VASCONI, A. “Aportes para una teoría de la educación”. In: — *La educación burguesa*. Buenos Aires, Nueva Imagen, (s. d.).